

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL INICIA REAVALIAÇÃO PARA OBTER CENÁRIOS AJUSTADOS A PARIS



44th Session of the IPCC
UNCC, Bangkok, Thailand, 17 - 20
October 2016

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS;;CRESCIMENTO ECONÓMICO;ACORDO DE PARIS;CENÁRIOS;PORTUGAL

Reunidos, esta semana, em Banguedoque, os membros do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC, em inglês) discutem o esboço dos trabalhos a desenvolver para que, em 2018, seja possível entregar o relatório especial, solicitado pelo secretário-geral das Nações Unidas na sequência da COP 21 e da assinatura do Acordo de Paris. Será uma etapa fundamental para que seja concretizado um primeiro balanço global de resultados em 2023 e os países signatários possam rever metas e estratégias de mitigação e adaptação.

Neste contexto, realizou-se, na passada semana, em Lisboa, um conferência tendo por tema central o [Desafio da Descarbonização](#). Houve oportunidade para rever os últimos cenários do IPCC (ainda trabalhados em função de uma meta de 2°C como máximo para o aquecimento global) e as estratégias possíveis, de acordo com um projecto de investigação que incidiu sobre 16 países com níveis distintos de desenvolvimento, além de uma abordagem dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na perspectiva do binómio mitigação-adaptação.

METAS MAIS AMBICIOSAS IMPLICAM REVER TRAJETÓRIAS

[Ko Barrett](#) integra o comité executivo do IPCC e é directora da agência norte-americana para os Oceanos e Atmosfera (NOOA), sendo particularmente reconhecida no âmbito dos impactos e estratégias de ajustamento às alterações climáticas, nomeadamente a elaboração e implementação do Programa Vulnerabilidade e Adaptação, o primeiro a ser lançado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), através do seu Programa de Alterações Climáticas Globais. Em Lisboa sintetizou os cenários do último relatório do IPCC (o quinto, em [2014](#)) em que ficou clara a ênfase de travar o aquecimento global preferencialmente abaixo dos 2.°C; para que tal aconteça terá de se obter uma **redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) em 40 a 70% até 2050, relativamente aos níveis de 2010, e por níveis de emissões próximos do zero ou abaixo até 2100.**

O Acordo de Paris, entretanto alcançado, responde a essas preocupações, mas são necessários esforços adicionais aos atuais; Recorde-se que o Acordo apela à meta de 1,5°C, que não foi propriamente alvo de análise no 5º relatório de avaliação e, por isso, na sequência da COP21, foi solicitado ao IPCC **um relatório especial sobre os impactos do objetivo 1,5°C**, cujo esboço estará em discussão esta semana em Bangkok, e que estará concluído em **2018**, de modo a desencadear um processo de discussão que permita um **primeiro balanço global em 2023**. Depois, a cada cinco anos, serão avaliados os progressos realizados.

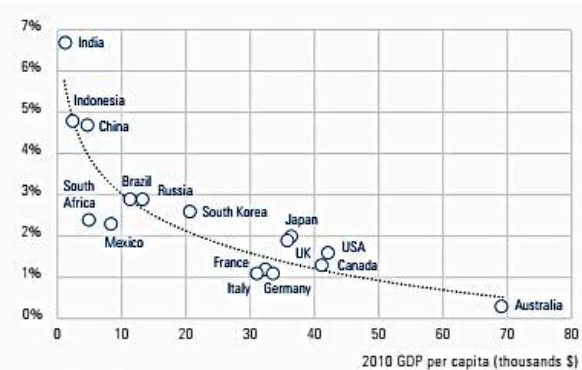
A verdade é que para a perita americana distingue o Acordo de Paris de outras tentativas anteriores a três níveis – i) é a **primeira vez que a acção climática é assumida à escala global**; ii) foi **desenvolvido a partir de compromissos prévios, mas ambiciosos, dos países** (INDC), no pressuposto de aumentar a ambição ao longo do tempo; iii) a **adesão dos maiores emissores, EUA e China, reforça a confiança de que o Acordo de Paris será efectivamente resiliente**.

CONCILIAR CRESCIMENTO ECONÓMICO E DESCARBONIZAÇÃO

A investigação aplicada a diferentes realidades nacionais tem sido o core do projecto **Deep Decarbonization Pathways Project (DDPP)**. [Henri Waisman](#), coordenador da equipa e responsável de um dos líderes do consórcio, o Institut du développement durable et des relations internationales ([IDDRI](#)), apresentou o DDPP e a metodologia que tem sido utilizada – com especial ênfase nas variáveis determinantes do consumo de energia - para construir trajectórias plausíveis para a descarbonização (também ainda a apontar para a meta 2°C) de diferentes países: **BRICS** (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a **Tríade** (EUA, Japão e Alemanha), **Austrália, Canada, Coreia do Sul, França, Indonésia, Itália, México e Reino Unido**. A conclusão confirma a diversidade de processos, em que a participação e interacção com os *stakeholders* é fulcral e que as metas de curto prazo devem atender e contribuir para os objectivos de longo prazo.

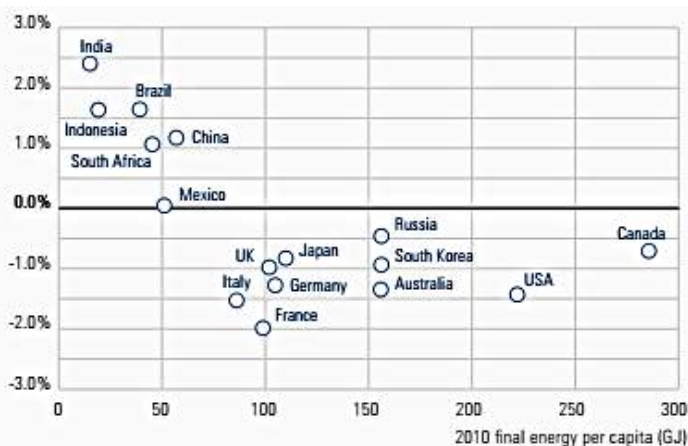
No último [relatório](#), de 2015, enfatiza-se que em **todos os 16 países estudados é possível conciliar a descarbonização com o crescimento económico até 2050**, com níveis diferenciados, de acordo com o nível inicial de desenvolvimento: i) nos países de baixo/médio rendimento, o PIB e o consumo *per capita* de energia (em termos absolutos) aumentam, até pelo crescimento demográfico e o acesso gradual de mais pessoas aos serviços de energia; ii) nos países de rendimento elevado, o consumo de energia *per capita* diminui, em termos absolutos, na medida em que os ganhos de eficiência superam a evolução demográfica e o ritmo de expansão económica.

Evolução das taxas de crescimento do PIB *per capita* e do consumo de energia final 2010-2050



Australia's GDP per capita increases by 56% between 2012 and 2050 in local currency. The small increase observed in the graph is due to fluctuations in the exchange rate between Australian and US dollars*

fonte: DDPP, relatório 2015, pp.25



DESAFIOS PARA PORTUGAL

Com base nestas duas ideias centrais à escala global – **é necessário mais e é possível fazê-lo numa lógica de expansão de riqueza** – recentrou-se a discussão nos desafios para Portugal, no plano político e empresarial.

O secretário de Estado do Ambiente, Carlos Martins, assentou a sua comunicação em duas ideias centrais: i) **a descarbonização da economia é da responsabilidade de todos** e deverá ser articulada entre os vários níveis da administração, central e local, comunidade empresarial e científica; ii) as áreas de intervenção prioritária para a mitigação das emissões deverão centrar-se na **floresta e uso do solo, energia solar e transportes**.

Da mesa redonda sobre os **Desafios Políticos**, destacam-se quatro ideias-chave: i) a acção política centrar-se-á em **projectos** com foco no **edificado, transportes e as cidades/ordenamento do território**; ii) o êxito na penetração das energias renováveis tem origem num forte **empenho político**, que deve ser replicado no processo de descarbonização; iii) **financiamento e regulação** são condições necessárias para “dar o salto”; iv) processo **colaborativo** com todos os *stakeholders*.

Também os representantes de empresas influentes no tecido empresarial português e de setores-chave no processo de descarbonização, como são os casos da energia e transportes, evidenciaram quatro aspectos: i) necessidade de as empresas mudarem o conceito de negócio **do produto para o serviço**; ii) a **centralidade do transporte urbano de passageiros**, sobretudo o público; e da iii) **eficiência energética e inovação tecnológica** para o êxito da descarbonização; iv) **estabilidade legislativa e fiscal**, bem como a captação de **Investimento Direto Estrangeiro**.